

# Diário Oficial do **Município**

**Câmara Municipal de Nova Redenção**

quarta-feira, 18 de maio de 2022

Ano II - Edição nº 00057 | Caderno 1

## **Câmara Municipal de Nova Redenção publica**



Praça João D.Carneito | 46 | Centro | Nova Redenção-Ba

[cmnovaredencao.ba.gov.br](http://cmnovaredencao.ba.gov.br)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian  
BF70E4EA2A31B9D6B416BC3F9EC487F6

## Câmara Municipal de Nova Redenção

# SUMÁRIO

- RESOLUÇÃO Nº003/2022

# Câmara Municipal de Nova Redenção

Resolução



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

## **RESOLUÇÃO Nº 003/2022.**

(De autoria da Mesa Diretora)

### **“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO”.**

ARISTON TELES DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO, ESTADO DE BAHIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Nova Redenção, Estado de Bahia, aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Código estabelece os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos Vereadores da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Redenção.

Parágrafo único. Regem-se também por este Código o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas de decoro parlamentar.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO VEREADOR**

Art. 2º São deveres fundamentais do Vereador:

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

- I. Promover a defesa do interesse público dos cidadãos de Nova Redenção através do exercício do mandato;
- II. Respeitar e cumprir as Constituições, as leis e as normas internas desta Casa Legislativa;
- III. Zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização do Poder Legislativo;
- IV. Exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa fé, zelo e probidade;
- V. Apresentar-se à Câmara Municipal durante as sessões legislativas decentemente trajados e com asseio, nos horários estabelecidos, e participar das sessões do Plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro;
- VI. Examinar todas as proposições submetidas à sua apreciação e voto;
- VII. Tratar com respeito os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos;
- VIII. Prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;
- IX. Respeitar as decisões dos órgãos da Casa Legislativa;
- X. Zelar pelo patrimônio e recursos financeiros do Poder Legislativo, com estrita observância à legalidade;
- XI. Residir no Município;
- XII. Desincompatibilizar-se e fazer declaração pública de bens, no ato da posse, atualizando-a anualmente e ao término do mandato.
- XIII. Comportar-se em Plenário com respeito, não conversando em tom que perturbe os trabalhos ou quando o Presidente, os membros da Mesa Diretora, ou um colega estiver fazendo uso da palavra.

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

## CAPÍTULO III

### DAS CONDUTAS INFRACIONAIS

Art. 3º Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:

- I. Receber, a qualquer título, em proveito próprio ou de terceiro, no exercício da atividade parlamentar ou em razão dela, vantagens indevidas;
- II. Apropriar-se de dinheiro ou qualquer outro bem público de que tem a posse em razão do exercício do mandato de Vereador, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio;
- III. Fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado de deliberações;
- IV. Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.

Art. 4º Constituem, ainda, procedimentos contrários à ética e ao decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

- I. Perturbar a ordem das sessões da Câmara ou das reuniões das Comissões;
- II. Perturbar os trabalhos dos servidores ou praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;
- III. Praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, o Presidente, membros da Mesa Diretora ou qualquer outro parlamentar;
- IV. Usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar alguém com o fim de obter favorecimentos, ou praticar assédio moral para

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

atingir a autoestima, a autodeterminação e a honra profissional do Servidor ou colega Vereador;

V. Revelar informações ou documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento em razão da atuação parlamentar;

VI. Comportar-se dentro ou fora dos recintos da Câmara Municipal, por atos ou palavras, de forma atentatória à dignidade e às responsabilidades da função pública, bem como atuar de modo prejudicial à imagem do Poder Legislativo em suas atividades política e social;

VII. Desrespeitar a dignidade de qualquer cidadão bem como a manifestação de vontade da população de Nova Redenção;

VIII. Usar indevidamente das prerrogativas inerentes do mandato que se acha investido, para vantagens pecuniárias ou de qualquer outra espécie, ou ainda para usufruir de tratamento privilegiado;

IX. Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo de qualquer nível da administração, fora dos casos permitidos legalmente;

X. Abusar do poder econômico ou do poder de autoridade, utilizando-se indevidamente dos meios de comunicação social, em benefício próprio, a qualquer tempo e particularmente durante o processo eleitoral;

XI. Atuar de forma negligente ou deixar de agir com diligência e probidade no desempenho de funções parlamentares ou administrativas para as quais for designado, durante o mandato ou em sua decorrência;

XII. Submeter as suas tomadas de posições ou seu voto, nas decisões tomadas na atividade parlamentar, a contrapartidas de qualquer espécie;

XIII. Induzir a Administração Pública na contratação de pessoal não qualificado para os cargos em comissão, utilizando-se do seu prestígio;

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

XIV. Deixar de comunicar e denunciar todo e qualquer ato ilícito civil, penal ou administrativo ocorrido no âmbito da Administração Pública, de que vier a tomar conhecimento;

XV. Propalar ou divulgar, no exercício do mandato, fatos ou informações que sabe não serem verdadeiras, não comprovadas, manipuladas ou distorcidas;

XVI. Utilizar-se de subterfúgios para reter ou dissimular informações que estiver obrigado a prestar, principalmente na declaração de bens ou rendas durante toda a legislatura parlamentar e nos termos da Lei Federal que disciplina a matéria;

XVII. Usar de expressões ofensivas, irônicas, discriminatórias, preconceituosas ou de baixo calão em relação a qualquer pessoa;

XVIII. Relatar fatos de que teve conhecimento, verdadeiros ou não, capazes de sujeitar qualquer Parlamentar a situação de constrangimento, humilhação e menosprezo;

XIX. Utilizar-se de equipamentos, aparelhos, inclusive telefone celular, de recursos financeiros, de funcionários ou dos serviços administrativos de qualquer natureza, da Câmara Municipal ou do Executivo, para benefício próprio, de outrem, ou para fins eleitorais;

XXX. Obter indevida vantagem pecuniária ou de qualquer outra natureza, por erro da administração, deixando de restituir o numerário ou reparar o prejuízo imediatamente, logo após tomar conhecimento do equívoco;

XXXI. Fraudar, por qualquer meio ou forma, o registro de presença às sessões, ou às reuniões de comissão;

XXXII. Caluniar, difamar ou injuriar alguém, imputando-lhe falsamente fatos criminosos, ou ofensivos à dignidade, reputação e decoro.

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

Art. 5º Incidirá nas mesmas sanções o Parlamentar que, embora não tenha praticado a ação diretamente, de alguma forma cooperou, contribuiu, ou induziu alguém para que a praticasse.

§ 1º. A tentativa, a participação de menor importância e o perdão concedido pelo ofendido sujeitará o infrator à pena mínima prevista neste Código.

§ 2º. O pedido de perdão deverá ser manifestado pelo infrator dentro do prazo de Defesa, sob pena de preclusão.

§ 3º. Formulado pedido de perdão pelo infrator, a Comissão ouvirá o ofendido que deverá manifestar-se em 15 (quinze) dias.

§ 4º. Se o pedido de perdão for aceito, a Comissão emitirá Parecer concluindo pela aplicação da pena mínima; porém, se o pedido de perdão for rejeitado, a Comissão prosseguirá no processo disciplinar, abrindo novo prazo de 15 (quinze) dias para Defesa, dando ciência ao infrator.

§ 5º. O perdão será cabível somente nos casos de ofensas à moral, à honra ou reputação das pessoas.

## CAPÍTULO IV

### DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 6º À Comissão de Ética e Decoro Parlamentar compete:

- I. Zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal;
- II. Receber denúncias e representações contra Vereadores, emitindo Pareceres prévios de admissibilidade ou arquivamento;

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba



# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

- III. Instaurar processo disciplinar e proceder a todos os atos necessários à sua instrução, juntando documentos, ouvindo testemunhas e realizando diligências para apuração dos fatos;
- IV. Solicitar ao Presidente da Casa a designação de servidor para secretariar os trabalhos de digitação, expedição de ofícios, pesquisa de jurisprudência, formalização de atos e elaboração de documentos;
- V. Prestar informações ao Presidente, Mesa Diretora e demais parlamentares sobre a tramitação dos processos sob sua competência;
- VI. Emitir Parecer final pela procedência ou improcedência de representações.

## CAPÍTULO V

### DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

Art.7º As penalidades por condutas contrárias à ética e ao decoro parlamentar, serão aplicadas na seguinte ordem de gravidade:

- I. Censura escrita endereçada ao Vereador infrator;
- II. Advertência escrita endereçada ao Vereador infrator, com notificação ao Presidente do Partido Político a que estiver filiado;
- III. Advertência pública oral em sessão ordinária, com leitura da decisão que aplicou a penalidade e com notificação ao Presidente do Partido Político a que estiver filiado;
- IV. Suspensão temporária do exercício do mandato;
- V. Perda do mandato;

§ 1º. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem, as

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

circunstâncias agravantes e atenuantes, e os antecedentes do Vereador infrator.

§ 2º. A suspensão temporária do exercício do mandato poderá ser aplicada cumulativamente à pena de advertência escrita, no máximo por 30 (trinta) dias, e também cumulativamente à pena de advertência pública oral, no máximo por 60 (sessenta) dias.

§ 3º. A suspensão temporária do exercício do mandato quando aplicada isoladamente, não poderá ultrapassar o prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 4º. A censura e a advertência escritas serão enviadas ao Vereador mediante ofício assinado pelo Presidente da Casa.

§ 5º. A advertência pública oral consistirá na leitura, pelo Secretário da Mesa Diretora e durante sessão ordinária, do ato que aplicou a penalidade.

§ 6º. A decisão que aplicar qualquer das penas de advertência ou suspensão temporária do mandato, poderá ser cumulada com a destituição do Vereador dos cargos parlamentares que eventualmente ocupar na Mesa Diretora ou nas Comissões Permanentes, não podendo ser reconduzido ao cargo, ou ocupar outro, até o final da legislatura.

§ 7º. Qualquer que seja a penalidade aplicada tornará obrigatório o dever de o Vereador reparar o dano eventualmente ocorrido.

§ 8º. Em caso de reincidência, será aplicada a sanção imediatamente mais grave à anteriormente aplicada.

§ 9º. Verifica-se a reincidência quando o Vereador comete nova infração dentro do período de 180 dias, depois de ter sido condenado irreversivelmente por infração anterior prevista neste Código.

§ 10 As infrações que não caracterizarem reincidência poderão ser consideradas para efeito de agravamento da penalidade.

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

## CAPÍTULO VI

### DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 8º Além dos Vereadores e Servidores, qualquer cidadão poderá encaminhar representação à Mesa Diretora da Câmara Municipal, narrando fatos e indicando provas em relação ao Vereador infrator.

Art. 9º Recebida a representação nos termos do artigo anterior, o Presidente da Câmara Municipal determinará a criação da comissão temporária especial de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos dos artigos 50 e seguintes do regimento interno da Câmara.

§1º. A Comissão temporária especial de Ética e Decoro Parlamentar, no prazo de 15 (quinze) dias, emitir Parecer fundamentado sobre a admissão ou não da representação.

§2º. Antes de emitir Parecer de admissibilidade, a Comissão, se entender necessário, poderá ouvir previamente o Vereador infrator no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 10 Não sendo admitida a representação, a Comissão emitirá Parecer justificando suas razões e propondo o arquivamento, que será colocado em votação pelo Plenário na primeira sessão ordinária seguinte.

§ 1º. Rejeitado o pedido de arquivamento pelo plenário, o Presidente suspenderá a sessão para escolha de novos membros que constituirão a Comissão Temporária com a finalidade especial de, obrigatoriamente, instaurar e conduzir até final o processo disciplinar.

§ 2º. Somente após o encerramento das provas, das diligências necessárias e das alegações finais do infrator, é que a Comissão Temporária poderá emitir Parecer concluindo pela procedência ou improcedência da representação, propondo o arquivamento ou aplicação de penalidade, conforme o caso.

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

§ 3º. Na Comissão Temporária Especial não poderá fazer parte membro da Comissão temporária de Ética e Decoro Parlamentar anterior.

Art. 11. Sendo admitida a representação, a Comissão Permanente de Ética e Decoro Parlamentar determinará seu processamento instaurando processo disciplinar para apuração dos fatos, assegurando a ampla defesa durante toda a tramitação.

§ 1º. O processo disciplinar terá início com a citação do Vereador representado para responder no prazo de 15 (quinze) dias, podendo juntar documentos e indicar outras provas que pretende produzir.

§ 2º. Recebida a defesa do Vereador, a Comissão poderá realizar diligências para apuração dos fatos e marcar audiência para ouvir as testemunhas indicadas, bem como produzir qualquer outra prova que entender útil ao processo; não havendo necessidade de produção de provas, a Comissão reunir-se-á para emissão de Parecer final no prazo de 15 (quinze) dias a respeito da representação formulada.

§ 3º. Encerrada a produção de provas, a Comissão concederá o prazo de 10 (dez) dias para o Vereador apresentar suas alegações finais.

§ 4º. Terminada a fase de alegações finais, com ou sem elas, a Comissão reunir-se-á para, no prazo de 15 (quinze) dias, emitir Parecer concluindo pela procedência ou improcedência da representação, propondo o arquivamento ou aplicação de penalidade.

§ 5º. Quando for constatada a desnecessidade de produção de provas, a Comissão, após a apresentação da Defesa, reunir-se-á para emitir, no prazo de 15 (quinze) dias, o Parecer final pela procedência ou improcedência da representação.

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

§ 6º. O Parecer final da Comissão será encaminhado ao Presidente que, obrigatoriamente, incluirá na Ordem do Dia para votação na primeira sessão ordinária seguinte.

§ 7º. Sempre que forem juntados documentos novos, a Comissão ouvirá, a seu respeito, o Vereador representado que terá o prazo de 5 (cinco) dias para oferecer sua manifestação.

§ 8º. Nas audiências, ao Vereador será facultado fazer perguntas às testemunhas, mas a Comissão poderá indeferir as que entenderem impertinentes, constando as razões no respectivo termo se o interessado assim o requerer.

§ 9º. Na sua defesa, assim como nas audiências ou em qualquer outro ato do processo disciplinar, o Vereador poderá constituir advogado para representá-lo ou apenas assisti-lo.

## CAPÍTULO VII

### DA REVELIA

Art. 12. Se o Vereador não apresentar Defesa após ter sido citado regularmente serão presumidos verdadeiros os fatos contidos na representação, podendo a Comissão desde logo emitir Parecer sobre a acusação formulada.

Art. 13. A não apresentação de Defesa não impedirá a Comissão de optar pela apuração dos fatos, mas deverá cientificar previamente o Vereador das diligências que serão realizadas.

Art. 14. O Vereador, mesmo não tendo apresentado Defesa poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontra.

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

## CAPÍTULO VIII

### DO PARECER DA COMISSÃO

Art. 15. Concluídas as diligências e apresentadas as alegações finais pelo Vereador, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar ou a Comissão Temporária Especial, se for o caso, reunir-se-á para emissão de Parecer no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 16. O Parecer final consiste no pronunciamento da Comissão sobre a procedência ou improcedência da representação formulada.

Art. 17. Elaborado o Parecer, o processo disciplinar será encaminhado ao Presidente da Câmara para votação pelo Plenário, na primeira sessão ordinária seguinte.

Art. 18. O Plenário deliberará pela perda do mandato mediante quorum qualificado de dois terço dos vereadores, enquanto que para as demais penalidades será respeitado o quorum de maioria simples.

## CAPÍTULO IX

### DO RECURSO

Art. 19. Da decisão do Plenário caberá recurso de Revisão no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. Tem legitimidade para recorrer:

I - O Vereador infrator;

II – O ofendido;

III – O subscritor da representação.

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

§ 2º. O recurso será endereçado ao Presidente da Câmara, que o colocará em votação pelo Plenário na primeira sessão ordinária seguinte.

§ 3º O recurso de Revisão poderá ser interposto apenas uma única vez.

Art. 20. A decisão do Plenário tornar-se-á irrecorrível:

I - Se não interposto o recurso de Revisão no prazo do artigo anterior; ou,

II - No dia imediato à deliberação do recurso de Revisão.

## CAPÍTULO X

### DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 21. Como medida preventiva e para que não haja interferência na apuração das provas, a Comissão poderá propor ao Plenário a suspensão temporária do mandato do Vereador acusado, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, que não poderá ser prorrogado.

Art. 22. O Plenário decidirá a proposta mediante quorum da maioria absoluta, na primeira sessão ordinária seguinte.

## CAPÍTULO XI

### DAS PROVIDÊNCIAS CAUTELARES

Art. 23. Quando a infração resultar em prejuízo financeiro ao Poder Público ou exigir reparação de dano, a Comissão incumbida de conduzir o processo disciplinar poderá propor ao Plenário, como medida acautelatória, a retenção dos subsídios do Vereador, ou de parcelas mensais até o valor estimado a ser ressarcido, a fim de assegurar o efetivo pagamento.

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

§ 1º. O valor retido deverá ser depositado em conta especial rendendo juros e correção monetária.

§ 2º. No final do processo, se o infrator lograr absolvição, o valor retido lhe será devolvido integralmente com os respectivos acréscimos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º. Havendo condenação, o valor retido será resgatado para ressarcimento do dano, sem prejuízo de o infrator ser compelido a efetuar o pagamento do saldo apurado, se houver.

Art. 24. A retenção dos subsídios tratada neste Capítulo, também poderá ser proposta por qualquer parlamentar, em requerimento dirigido ao Presidente que o colocará em votação pelo Plenário na primeira sessão ordinária seguinte.

Art. 25. O cálculo para estimativa do valor a ser retido, poderá ser elaborado pelo setor de Contabilidade da Câmara Municipal.

Art. 26. A Comissão processante ou qualquer Vereador, durante a tramitação do processo, poderão propor ao Plenário outras medidas cautelares que tenham por objetivo assegurar o ressarcimento do dano causado pelo infrator.

## CAPÍTULO XII

### DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 27 O processo disciplinar extinguir-se-á:

- I - Quando houver decisão definitiva pela absolvição;
- II - Quando o infrator for condenado definitivamente e após o ressarcimento do dano, se for o caso;
- III - Pela renúncia ao mandato;

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba



# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

IV - Encerramento da legislatura, ressalvadas as situações previstas nos artigos seguintes.

Art. 28. Encerrada a legislatura sem que o processo disciplinar esteja concluído, os trabalhos prosseguirão se o Vereador for reeleito para a legislatura imediatamente subsequente.

Art. 29. A renúncia ao mandato ou o encerramento da legislatura não obstarão o prosseguimento do processo disciplinar quando a infração investigada tiver causado prejuízo financeiro ou dano ao Poder Público.

Parágrafo único. Nestes casos, o processo disciplinar prosseguirá colhendo provas sobre os fatos apenas com o objetivo de apurar o quantum devido, sem aplicação de qualquer outra penalidade.

## CAPÍTULO XIII

### DO RESSARCIMENTO E DA REPARAÇÃO DO DANO

Art. 30. O valor do ressarcimento, assim como eventual reparação do dano causado pela infração, quando não adimplido voluntariamente pelo infrator, será objeto de liquidação pelo setor de Contabilidade da Câmara Municipal, a pedido da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 31. Elaborado o respectivo cálculo, o infrator será notificado pela própria Comissão para efetuar o pagamento em 10 (dez) dias, sob pena de o montante sofrer acréscimo de multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor devido.

Art. 32. O cálculo poderá ser impugnado pelo infrator no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a qual decidirá a Comissão.

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba

# Câmara Municipal de Nova Redenção



Câmara Municipal de Nova Redenção  
Estado da Bahia  
CNPJ 16.245.367/0001-05

Art. 33. Não efetuado o pagamento, a Comissão comunicará o fato ao Presidente da Câmara Municipal, que mandará extrair cópia da decisão e encaminhá-la à Fazenda Pública Municipal para cobrança judicial, se necessário.

## CAPÍTULO XIV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Nos casos omissos que digam respeito a prazos, comunicações e realização dos atos processuais em geral, serão aplicadas subsidiariamente o Código de Processo Civil.

Art. 35. Nas interpretações, nos conceitos ou definições dos tipos infracionais, será utilizado o Código Penal.

Art. 36. A atuação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar em que este Código não dispuser de modo contrário, será aplicado subsidiariamente o Regimento Interno.

Art. 37. Os membros da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar deverão observar, sob pena de destituição, o sigilo, a discricção e o comedimento indispensáveis ao exercício de suas funções.

Art. 38. A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, ou a Comissão Temporária Especial, poderão requisitar apoio técnico, jurídico e administrativo da Câmara Municipal.

Art. 39. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Redenção – BA, 18 de maio de 2022.

Ariston Teles da Silva  
Presidente

Praça João D. Carneiro, 46 centro Tel: (75) 3345 2174/ CEP. 46835000 N. Redenção Ba